



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA
DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ.**

DISTRIBUIÇÃO URGENTE

ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.681.500/0001-05 com sede a Rua Esperança, nº 528, Sala B, Centro, São João/PR, CEP 85570-000 e **TRANSLAURA – TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.927.775/0001-66, com sede a Rua Esperança, nº 528, Centro, São João/PR, CEP 85570-000, ambas, neste ato, representadas por sua sócia **ELIANE VISNIESKI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 7.084.539, inscrito no CPF/MF nº 033.762.729-05; **CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.603.327/0001-03, com sede a Rua Esperança, nº 528, Sala D, Centro, São João/PR, CEP 85570-000; **CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO - LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.603.327/0002-86, estabelecido a Rua Reinaldo Ferreira de Souza, nº 183, Apto. 02, Forquilhas, São José/SC, CEP 88107-570, ambas, neste ato, representadas por seu sócio **CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3146797, inscrito no CPF/MF nº 0001.084.719-77, conforme seus respectivos Contratos Sociais (**doc. 02**), vêm, respeitosamente, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada subscrita (**doc. 01**), requerer o processamento de sua

RECUPERAÇÃO JUDICIAL





com fundamento no artigo 47¹ e seguintes da Lei Federal nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação Judicial e Falências (“LRFE”), o que fazem pelas razões de fato e de direito a seguir elencadas.

I. DA COMPETÊNCIA DESTE MM. JUÍZO

O artigo 3º da lei nº 11.101/2005 preceitua que o juízo competente para deferir e processar a recuperação judicial é o do principal estabelecimento do devedor. Em casos de recuperação judicial de grupo societário de fato (chamado comumente de grupo econômico) ajuizada em consolidação processual, como o presente caso, o art. 69-G, § 2º da lei 11.101/2005² ainda determina que o processamento do pedido de recuperação judicial do grupo é de competência do juízo do local do principal estabelecimento dos devedores³.

Da mesma forma entende a jurisprudência, no sentido de que se tratando de grupo econômico, o principal estabelecimento será o local que reúne a tomada das principais decisões econômicas e administrativas das empresas. No presente caso, conforme pode-se atestar através dos contratos sociais em anexo (**doc. 02**), as **Requerentes** concentram o desempenho de suas atividades, na Rua Esperança, nº 528, Centro, São João/PR, CEP 85.570-000, sendo certo que é desta sede que

¹ Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

² Art. 69-G, § 2º da Lei nº 11.101/2005. O juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores é competente para deferir a recuperação judicial sob consolidação processual, em observância ao disposto no art. 3º desta Lei.

³ Art. 3º, Lei 11.101/2005: É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.





partem todas as decisões relativas à gestão das **Requerentes**.

Portanto, é imperativo que seja reconhecida a competência deste MM. Juízo para o processamento do presente pedido, em linha com o entendimento consolidado da doutrina e da jurisprudência sobre a matéria, o que desde já se requer. A esse respeito, vale destacar os seguintes precedentes judiciais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU O REQUERIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO OSX, AUTOS DO PROCEDIMENTO RECUPERATÓRIO DO GRUPO OSX, VISANDO EVITAR A SUPERVENIÊNCIA DE DECISÕES COFLITANTES, [...]

INTERLOCUTÓRIA QUE, AO DEFERIR O REQUERIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA, IMPLICITAMENTE RECONHECE A COMPETÊNCIA DO JUÍZO PARA O JULGAMENTO DE AMBOS OS PROCEDIMENTOS. NO MÉRITO, OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 11.101/2015, QUE DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA PARA HOMOLOGAÇÃO E DEFERIMENTO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL. CONCEITO DE 'PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR', CRITÉRIO ECONÔMICO. PROVA DOCUMENTAL PRÉ-CONSTITUÍDA, QUE DEIXA CLARO SER NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O EIXO DE ADMINISTRAÇÃO DOS NEGÓCIOS DO GRUPO OSX, COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA BARRA/SJ, QUE, SE DECLARADA, ARRASTARIA O PRÓPRIO FORO[...]. (TJ/RJ – Agravo





*de Instrumento nº 0064637-04.2016.8.19.000, 14ª
Câmara Cível. Rel. Des. Gilberto Campista Guarino,
Julgado em 12.03.2014).*

*Tem-se por principal estabelecimento o local em que a
empresa centraliza a sua atividade e influência
econômica, onde todas as suas operações recebem
impulso diretor, e estão reunidos permanentemente
todos os elementos constitutivos de seu crédito.
(RJ/SP – Conflito de Competência nº 902610-
84.2005.8.26.0000, Câmara Especial – Relator Paulo
Alcides, julgado em 19.06.2006).*

PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. *Pedido
formulado em conjunto pelas empresas por H-BUSTER
SÃO PAULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, com sede
em Cotia-SP e por H-BUSTER DA AMAZÔNIA INDÚSTIA
E COMÉRCIO S/A, com sede em Manaus-AM.
Litisconsórcio ativo admitido, Competência para o
processamento do pedido de recuperação judicial.
Declinação da competência para o foro da Comarca de
Manaus - AM com base no critério de porte econômico,
por ser naquela cidade em que o grupo de empresas
concentra a maior parte de seus ativos, aufere a maior
parte de sua receita operacional e onde possui o maior
número de funcionários. Centro decisório do grupo,
contudo, situado na Comarca de Cotia-SP. Exegese do
artigo 3º da Lei nº 11.101/05. Precedentes do STJ e do
TJSP. Principal estabelecimento correspondente ao*





local de onde emanam as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais do grupo de empresas. Competência do foro da Comarca de Cotia - SP para o processamento do pedido de recuperação judicial. Agravo Provido. (TJ/SP – Agravo de instrumento nº 0080995-49.2013.8.26.0000, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Relator Alexandre Marcondes, Julgado em 21.05.2013).

Verifica-se, portanto, conforme já ressaltado acima, que as **Requerentes** possuem centro de comando comum (unidade gerencial, patrimonial, executiva e decisória) localizado no município de São João - Paraná, mesmo local em que se concentram a maior parte dos negócios por ela realizados e/ou geridos. Sendo assim, não resta dúvidas quanto a competência do Foro da Comarca de São João – Paraná, para o processamento do presente pedido de **Recuperação judicial**.

II. DO HISTÓRICO DAS EMPRESAS REQUERENTES

As **Requerentes** são empresas familiares, cuja operação e administração de todas as empresas do grupo, é gerenciado pela Srta. Eliane Visnieski e seu esposo, o Sr. Cremilson Vlademir Volpato, ambos iniciaram suas carreiras desenvolvendo atividades braçais no campo da região de Santa Catarina e, posteriormente migraram para o município de São João – Paraná, onde residem e desenvolvem suas atividades empresariais até os dias de hoje.

A primeira empresa fundada pelo grupo foi a **ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES.**, fundada em junho do ano de 2018, no município de São João – Estado do Paraná, onde surgiu com o propósito de oferecer soluções de transportes rodoviários de cargas em todo território nacional, proporcionando qualidade e excelência aos seus clientes através de seus serviços prestados.





Mesmo diante de um cenário político e econômico caótico, mas, motivados pela força de crescer, vencer, prosperar e ampliar sua participação no mercado, no ano de 2019, o casal de empresários fundou a empresa **TRANSLAURA – TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.** e, no ano de 2020, fundaram a empresa **CREMILSON VLADEMIR VOLPATTO LTDA.**, ambas estabelecidas no município de São João – Paraná, e, ambas surgiram com o propósito de complementar os serviços de transportes oferecidos pela primeira empresa fundada pelo grupo.



SEGMENTOS DE ATUAÇÃO

As **Requerentes** atuam com transporte rodoviário nos seguintes segmentos:

- Transporte de Soja;
- Transporte de Adubo;
- Transporte de Milho;
- Transporte de Trigo;





- Transporte de Aveia;
- Transporte de Ração Animal;
- Transporte de Combustíveis;

Apesar de ser um grupo jovem, as **Requerentes** são responsáveis pela manutenção de diversos postos de trabalhos na cidade, beneficiando assim, mais de 50 famílias através do desenvolvimento de suas atividades empresariais no município de São João – Paraná.

Dentre os diversos aspectos históricos importantes do grupo, um dos mais relevantes e marcantes que, é impossível não lembrarmos e ressaltarmos, foi o papel fundamental que as **Requerentes** desempenharam durante o período de pandemia “COVID-19”, onde, mesmo diante das medidas restritivas impostas pelo governo, do número elevado de infectados e mortos, as **Requerentes** mantiveram seus colaboradores em seus postos, bem como, mantiveram suas operações em pleno funcionamento, transportando soja, adubo, milho, trigo, aveia, ração animal e combustíveis, para todo território nacional, contribuindo assim para que bens essenciais pudessem chegar até as famílias.

III. DA CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO DE FATO E DE DIREITO – SOLIDARIEDADE ATIVA – EVIDENTE CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL

Em atendimento ao art. 51, inciso II, alínea e, da lei 11.101/2005, e considerando o litisconsórcio ativo do presente pedido de **Recuperação Judicial**, cumpre esclarecer que as **Requerentes**, constituem um **Grupo Econômico**, na medida em que exercem atividades interligadas, concentram em comunhão toda a administração e gestão de suas operações, compartilhando toda a sua estrutura administrativa e operacional.





Há, portanto, uma profunda interligação e interdependência operacional entre as **Requerentes**, que evidenciam a presença de um único empreendimento, uma única empresa enquanto atividade econômica.

Da mesma forma, com base na análise da documentação societária ora encartada e das razões que serão adiante expostas, ressalta-se que a crise financeira e as dívidas que embasam o presente pedido de **Recuperação Judicial** são comuns e afetam diretamente as empresas **Requerentes** pertencentes ao mesmo **Grupo Econômico**, de maneira que a eventual inadimplência de qualquer uma delas trará consequências patrimoniais diretas sobre as outras, tendo em vista a outorga de inúmeras garantias recíprocas (as “garantias cruzadas”), como podem ser comprovadas abaixo.

Garantia fidejussória das pessoas qualificadas como Avalista(s).

VIII – Garantia(s) Adicional(is)

1. Aval das pessoas adiante identificadas como avalista

IX – Avalista(s)

1. Avalistas

A. Nome/Razão Social CREMILSON VLADimir VOLPATTO	CPF/CNPJ 001.084.719-77
B. Nome/Razão Social TRANSLAURA TRANSPORTES RODOVIARIOS	CPF/CNPJ 33.927.775/0001-66
C. Nome/Razão Social ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES	CPF/CNPJ 30.681.500/0001-05

X – Local e Data de Emissão da Cédula

Curitiba - Paraná, 18 de Julho de 2022.





CREMILSON VLADEMIR VOLPATTO
LTDA

Avalista(s):

Cônjuge(s):

Nome: CREMILSON VLADEMIR VOLPATTO
CPF/CNPJ: 001.084.719-77

Nome: TRANSLAURA TRANSPORTES
RODOVIARIOS
CPF/CNPJ: 33.927.775/0001-66

Nome: ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES
CPF/CNPJ: 30.681.500/0001-05

Nesse sentido, e considerando todos os documentos que embasam a inicial, não resta dúvida acerca da existência do **Grupo Econômico**, que é regido sob a mesma estrutura formal, considerando unicidade gerencial, patrimonial e com o mesmo objetivo, cujos conceitos estão baseados nos artigos 243 e seguintes da Lei nº 6.404/1976.

Assim, considerando as características do presente pedido de **Recuperação Judicial**, o **Grupo Econômico** deve ser reconhecido, sob a Teoria da Consolidação Substancial, aplicável nas hipóteses em que se verifica a confusão patrimonial por gestão centralizada, garantias cruzadas entre empresas integrantes do grupo e atuação conjunta para o mesmo objetivo e ramo de atividade.





Referida hipótese de constituição de litisconsórcio ativo e tratamento do grupo empresarial em consolidação substancial é viável e pacífica na jurisprudência:

Recuperação judicial. Decisão determinando a inclusão de empresa do mesmo grupo econômico no polo ativo da demanda. Agravo de instrumento da recuperanda cuja inclusão se determinou. Hipótese dos autos em que a consolidação substancial, efetivamente, se justifica, dada a demonstração de confusão patrimonial e da existência de movimentação de recursos entre as empresas. Com efeito, a consolidação substancial é obrigatória, e deve ser determinada pelo juiz, "após a apuração de dados que indiquem disfunção societária na condução dos negócios das sociedades grupadas, normalmente identificada em período anterior ao pedido de recuperação judicial." (SHEILA C. NEDER CEREZETTI). Decisão agravada confirmada. Agravo de instrumento desprovido. (TJSP. Agravo de Instrumento 2050662-70.2019.8.26.0000; Relator (a): Cesar Ciampolini; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Campinas - 9ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 07/08/2019; Data de Registro: 08/08/2019)

.....

Agravo de Instrumento e Agravo Interno. Assembleia Geral de Credores. Consolidação Substancial e a forma de sua aprovação. Jurisdição Nacional e sociedades empresárias estrangeiras. Pretensão de submissão de quesito aos credores para fins do artigo 22, inciso III, do CPC. 1. Jurisdição nacional já enfrentada em prévio Agravo de Instrumento nº 0070417-46.2018.8.19.0000,





quando expressamente afastada uma das sociedades estrangeiras e negada a aplicação à recuperação judicial. Matéria preclusa. 2. A consolidação substancial, quando aprovada, muda por completo a forma de votação do plano de recuperação dos grupos de sociedades. Sem ela deve cada sociedade, em votação separada, deliberar na forma do artigo 45 da Lei 11.101, mercê da autonomia das sociedades (artigo 266 da Lei das S/A). Uma vez consolidadas, apuram-se os votos de forma conjunta, como de uma única pessoa jurídica se estivesse a tratar. 3. De sua inequívoca influência sobre a forma de contabilizar os votos na votação do Plano resulta a necessidade de submeter a aprovação da consolidação a idêntico quórum, sob pena de difundi-la e consagrá-la como instrumento de burla à independência das integrantes de um mesmo grupo societário. 4. Consolidação substancial que, ademais, guarda estreita afinidade com as matérias, próprias do plano, objeto dos incisos II (cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedades) e XIV (administração compartilhada) do artigo 50 da Lei 11.101, a justificar, também por este fundamento, sua submissão ao quórum do artigo 45, em detrimento do artigo 42, ambos da mesma Lei 11.101. 5. Agravo interno prejudicado e Agravo de Instrumento ao qual se dá parcial provimento para (i) ratificar a liminar concedida, (ii) permitir a indagação aos credores da sociedade eventualmente excluída de uma e somente uma pergunta, consistente na aceitação ou não da jurisdição brasileira e (iii) determinar que a votação da consolidação substancial





**obedeça ao disposto no artigo 45 da Lei 11.101. TJRJ -
0030135-29.2019.8.19.0000 - AGRADO DE
INSTRUMENTO - Des(a). EDUARDO GUSMÃO ALVES
DE BRITO NETO - Julgamento: 27/08/2019 – DÉCIMA
SEXTA CÂMARA CÍVEL**

Ressalta-se que essas características comuns às empresas que estão no polo ativo deste pedido de recuperação judicial, especialmente, as dívidas contraídas por elas, tal como descritas na relação de credores, e as respectivas garantias cruzadas prestadas, demonstram uma interligação entre as **Requerentes** que não só permite, como também, impõe o processamento conjunto para que elas superem suas dificuldades econômico-financeiras.

Considerando essas razões, juridicamente cabível o processamento de um único processo de recuperação judicial em favor das **Requerentes**, consubstanciado na formação do grupo econômico de fato.

IV. RAZÕES DA CRISE ENFRENTADA PELO GRUPO

Em atendimento ao art. 51, inciso I, da lei 11.101/2005, cumpre esclarecer que, as **Requerentes** sempre desenvolveram suas atividades de forma sólida, contando com crescimento gradativo de sua capacidade, faturamento, negócios, estrutura operacional e organizacional. Contudo, sabe-se que a atividade empresarial não está alheia às várias intercorrências do cenário da economia nacional e internacional, as quais afetaram a solidez e a pujança das atividades das **Requerentes**, principalmente no tocante as incertezas no cenário político, as altas taxas de juros, escassez de crédito e queda no preço das commodities.





Nesse contexto, o infortúnio das **Requerentes** iniciou-se em meados de 2018, logo no início de suas atividades, em meio a incerteza no cenário econômico do país, causada pela greve nacional dos caminhoneiros. A referida greve se iniciou em virtude das constantes oscilações e aumento frequente do preço do litro do óleo diesel, que acarretou a paralisação de caminhoneiros autônomos com extensão nacional e que influenciou drasticamente nas atividades do transportador rodoviário de cargas.

Como se não bastasse os sucessivos problemas enfrentados no cenário político e econômico do país há décadas, no dia 11 de março do ano de 2020 o diretor geral da Organização Mundial da Saúde “OMS” anunciou que o mundo estava diante de uma doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e, que tratava-se na verdade de uma pandemia, diante desse cenário, os países implementaram uma série de medidas restritivas para evitar a locomoção e aglomeração de pessoas, interrompendo as atividades econômicas e financeiras não só no Brasil, mas no mercado global em geral.

É de notável evidência que a chegada da Pandemia do COVID-19 no ano de 2020 ocasionou um relevante abalo econômico-patrimonial do setor de serviços, que é um dos mais importantes para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Embora houvesse o empenho das empresas em manter o funcionamento de suas atividades, os recorrentes isolamentos e até mesmo o distanciamento social foram vultosos causadores do enfraquecimento do setor de serviços.

De acordo com dados emitidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de serviços sofreu uma retração de 7,8% no ano de 2020⁴. Além disso, segundo pesquisa do Departamento de Economia da Universidade

⁴ **Afetado pela pandemia, setor de serviços registra queda de 7,8% em 2020.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/um-dos-mais-afetados-pela-pandemia-servicos-registra-queda-de-7-8-em-2020/>.

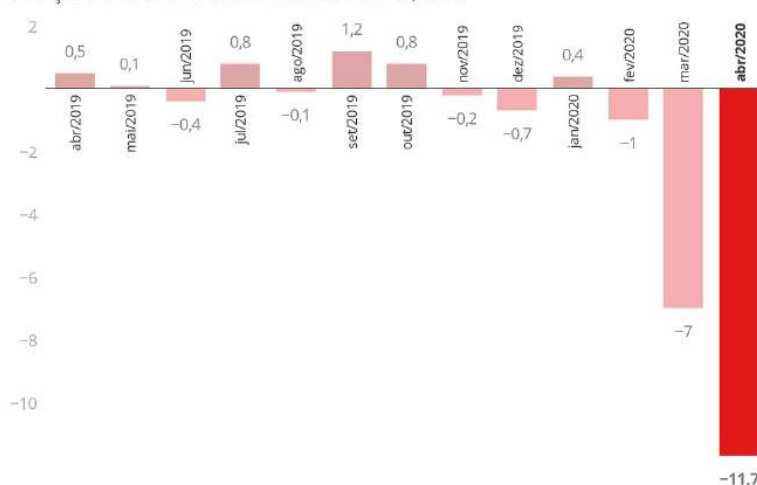




Federal de Minas Gerais (UFMG)⁵ os efeitos econômicos da crise pandêmica poderão ser observados até o ano de 2045, considerando os fatores de perda potencial de renda e de consumo. Nesta pesquisa também do IBGE⁶, pode-se observar queda recorde de -11,7% no volume de serviços somente no mês de abril de 2020.

Volume de serviços mês a mês

Variação frente ao mês imediatamente anterior, em %



Fonte: IBGE

É importante ressaltarmos que, mesmo diante de todo esse cenário político e econômico caótico e estagnado no Brasil, diante do surgimento de uma pandemia que matou milhões de pessoas no mundo todo e, afetou negativamente o mercado financeiro global, as **Requerentes** mantiveram seus colaboradores em seus postos de trabalho durante todo o período de pandemia “COVID-19”, contribuindo assim para que bens essenciais a sobrevivência humana, pudessem chegar até os seus consumidores.

⁵ **Impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045.** Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/10/impactos-economicos-da-pandemia-no-brasil-poderao-ser-observados-ate-2045>.

⁶ **Com pandemia, setor de serviços tem queda recorde de 11,7% em abril.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/17/setor-de-servicos-tem-queda-recorde-de-117percent-em-abril-diz-ibge.ghtml>





Entretanto, todo esse esforço empregado pelas **Requerentes** nesse período para manter suas atividades em pleno funcionamento e preservar a sua função social, começou a ruir devido ao aumento da inflação e aumento da taxa de juros, ocasionando assim, elevação dos custos operacionais, como a manutenção dos caminhões, alta no preço dos combustíveis e pagamento de juros elevados, prejudicando a atividade principal das **Requerentes**, fatos esses, que podem ser comprovados em suas demonstrações contábeis anexados ao processo **(doc 05)**.

Diante dos custos operacionais elevado, e diante da pressão de seus clientes para que sua frota de caminhões fosse renovada, sob pena de perderem os contratos por não atenderem aos requisitos necessários para o transporte das cargas específicas, **as Requerentes se viram obrigadas a ampliar sua frota de caminhões**, buscando reduzir os altos custos operacionais com manutenção e combustível e, principalmente, **para atender aos requisitos de transporte de cargas, impostas pelos seus clientes**, fato esse que culminou em um endividamento exorbitante junto as instituições financeiras, devido as altas taxas de juros impostas pelo governo e pelos bancos.

RESUMO DO QUADRO DE CREDITORES





Correndo contra o tempo para honrar e manter em dia os seus compromissos juntos as instituições financeiras, em outubro do ano de 2022, infelizmente um caminhão da frota das **Requerentes** que transportava fertilizantes, tombou na região de Minas Gerais, acarretando em um prejuízo na ordem de R\$ 700.000,00 mil reais, visto que, o mesmo não tinha seguro, teve que ser rebocado, consertado e, além disso, ficou parado durante o seu conserto por um período de 90 dias, sem gerar nenhuma receita, a partir desse momento a crise financeira que já preocupava as **Requerentes**, instalou-se.

FOTOS DO ACIDENTE







Como se não fosse suficiente todo esse prejuízo causado por esse acidente, as **Requerentes** viram suas receitas despencarem substancialmente devido as sucessivas quedas no preço da soja, que é o principal produto transportado pelo grupo e, representa 70% do seu faturamento mensal. Com o preço da soja em queda, os produtores estão mantendo suas colheitas estocadas em seus armazéns até que os preços de venda voltem a subir, superando assim os altos custos com a produção e gerando lucro aos produtores, enquanto isso, se os produtores não vendem, não a transporte de soja, fato esse que, deteriorou o caixa das **Requerentes**, fazendo com que as mesmas entrassem em estado de crise financeira.





Grãos

Preço da soja segue caindo devido a oferta acima da demanda

Nos últimos meses, houve uma redução no ritmo de vendas da soja, o que levou os produtores a buscar mais caixa ou espaço em seus armazéns, aumentando a oferta no mercado interno.

Por Cepea
27-Mar-2023 08:28



De acordo com especialistas do Cepea, o mercado brasileiro de soja em grão está experimentando uma queda nos preços devido à oferta excedente em relação à demanda.

Nos últimos meses, houve uma redução no ritmo de vendas da soja, o que levou os produtores a buscar mais caixa ou espaço em seus armazéns, aumentando a oferta no mercado interno. Por outro lado, os compradores estão sendo cautelosos ao adquirir novos lotes de soja.

No entanto, em relação aos derivados, as desvalorizações do óleo e do farelo foram menos intensas do que as da matéria-prima, o que levou a uma melhora na margem de lucro das indústrias.

No que diz respeito ao óleo de soja, a queda nos preços foi limitada pelas expectativas de aumento na demanda para a produção de biodiesel.

Fonte: <https://www.suinoculturaindustrial.com.br/imprensa/preco-da-soja-segue-caindo>





Tatiane Bertolino

21 de março de 2023 às 13:30



Foto: Freepik

O preço da soja está despencando nos últimos dias no Paraná e a pergunta que fica é: quem vai pagar a conta? Primeiro nós vamos explicar aqui os fatores que fizeram com que o preço caísse tanto. Todos os dias, nós publicamos aqui as cotações agropecuárias.

Pois bem. No dia 13 de fevereiro o preço da saca da soja estava a R\$ 161 em Cascavel, em média. Nesta segunda-feira (20), o valor estava em R\$ 147. Despencou em pouco mais de um mês.

Fonte: <https://souagro.net/noticia/2023/03/preco-da-soja-despencando-quem-vai-pagar-a-conta/>





Soja se mantém em baixa nesta tarde de 5ª na Bolsa de Chicago e espera novidades

Publicado em 27/04/2023 12:52



Ouvir texto ▶

0:00

Nem mesmo vendas semanais dos EUA conseguiram exercer movimentação mais expressiva



Os contratos futuros da soja ainda operam em queda na Bolsa de Chicago (CBOT) nesta tarde de quinta-feira (27) e estendem as perdas da véspera. Os principais vencimentos no terminal têm perdas entre 4 a 6,50 pontos, com julho/23 a US\$ 14,10 e o agosto a US\$ 13,56 por bushel.

O mercado da soja já operou no negativo nos últimos dias e espera por novidades para exercer movimentações positivas. As atenções continuam voltadas para o cenário da safra

Argentina, além das previsões climáticas para o Meio-Oeste dos Estados Unidos e demanda chinesa.

"Os futuros na CBOT continuam caindo com fundos aumentando a posição vendida no milho e no trigo. Nos últimos seis pregões, os fundos venderam 32 mil contratos no milho e 28 mil no trigo", explica o analista de mercado Eduardo Vanin, da Agrinvest Commodities.

Nem mesmo a divulgação do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) conseguiu exercer movimentação nos preços.

As vendas de soja da safra 2022/23 no período totalizaram 311,30 mil toneladas, bem acima da semana anterior e 38% maior em relação à média anterior de quatro semanas. O principal destino foi o México. O mercado esperava vendas entre 75 a 500 mil t.

Fonte: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/347670-soja-se-mantem-em-baixa-nesta-tarde-de-5-na-bolsa-de-chicago-e-espera-novidades.html#.ZErhy3ZKi3A>

Em síntese, a crise econômica e financeira momentânea das **Requerentes**, agravou-se e instalou-se pelos seguintes fatores:

- 1) Instabilidade Econômica - Taxa de juros elevada (Aumento do custo para financiamento da sua frota de caminhões);





- 2) Perda de 1 (um) caminhão conforme relatado acima (Aumento do custo operacional e redução de receitas);
- 3) Preço da Soja em queda (Principal produto transportado pelas **Requerentes**, acarretando redução de receitas do grupo);
- 4) Aumento dos custos operacionais (Combustível, Pedágio, Manutenção, Salários...);
- 5) Inadimplência e atrasos nos recebimentos de clientes;

Diante de todos esses fatos que assolam a saúde econômica e financeira das **Requerentes**, os sócios das empresas iniciaram negociações junto as instituições financeiras, explicando e comprovando todos os fatos aqui descritos, na tentativa de serem compreendidos e que tivessem o apoio dos bancos, para que então pudessem equacionar o seu fluxo de caixa e pudessem continuar exercendo suas atividades, conforme se demonstra abaixo:



Infelizmente essas renegociações junto aos bancos, foi mais uma tentativa mal sucedida, visto que, a primeira e única opção que os bancos deram as **Requerentes**, foi o encerramento das atividades de um grupo que mesmo diante de todas essas





dificuldades que afetaram gravemente a saúde econômica e financeira do grupo, levando-as ao estado momentâneo de crise financeira, é notório o quanto as **Requerentes** sempre estiveram comprometidas com a manutenção de suas atividades, sempre buscaram honrar com os compromissos assumidos perante seus funcionários, fornecedores, prestadores de serviços, governo e, principalmente as instituições financeiras, na qual não possuem nenhum histórico de inadimplência anterior, essa história precisa ser resgatada e reinterpretada para entrarmos em uma nova fase, para tanto, é imprescindível a preservação dos benefícios econômicos e sociais que decorrem de sua atividade empresarial, por esse motivo se fez necessário o pedido de recuperação judicial, objetivando um ambiente adequado para uma negociação coletiva, buscando uma melhor decisão na preservação dos interesses de todos os credores, de forma igualitária.

V. DO POTENCIAL PARA SUPERAÇÃO DA CRISE: VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

Com significativa atuação no mercado, as **Requerentes** possuem potencial para superar a situação momentânea da crise econômica e financeira. Constata-se esse potencial, principalmente, pela frota de caminhões que possuem, pelos recursos materiais, recursos humanos, experiência da qual dispõem no mercado e na própria potencialidade desse segmento da economia, sem perder de vista que seus serviços são essenciais a vários propósitos vinculados à economia nacional, portanto, tendo expressiva importância no cenário econômico do país.

Nesse contexto, através da utilização do instrumento jurídico da recuperação judicial, fundamentado pela lei 11.101.2005, as **Requerentes** adotarão as seguintes medidas como forma de superar a atual crise financeira:





I. Reestruturação do Endividamento

Visando a reestruturação e equalização do passivo concursal, as **Requerentes** irão propor, de acordo com sua capacidade operacional de gerar caixa, a concessão de prazos e condições especiais para pagamento de todas as obrigações junto aos seus credores, vencidas, e/ou, vincendas, em conformidade com o art. 50, inciso I, da lei 11.101/2005.

II. Reequilíbrio dos Recursos Financeiros Operacionais

- i. Revisão e acompanhamento diário do fluxo financeiro operacional visando o reequilíbrio entre as Receitas, Custos e Despesas, evitando disparidades entre os gastos operacionais e suas Receitas;
- ii. Implantação de ferramentas de planejamento e gestão do fluxo de caixa, visando melhor previsibilidade e assertividade no controle das entradas e saídas dos recursos financeiros;

III. Captação de Investidores e Financiadores

Além da reestruturação de seu passivo concursal, as **Requerentes** poderão buscar junto ao mercado financeiro, potenciais investidores e financiadores, visando atrair capital novo para a companhia. Essa medida tem como objetivo auxiliar o seu soerguimento econômico-financeiro e continuar a exercer seu objetivo social.





IV. Captação de Novos Clientes

Diante da impossibilidade momentânea de transportar sua principal carga, que é a soja, as **Requerentes** irão intensificar sua busca por novos clientes em outros setores, visando assim, contribuir com a retomada e aumento de seu faturamento.

É importante ressaltarmos que, todo esse planejamento para superação momentânea da crise financeira vivenciada pelas **Requerentes**, só será possível, com a utilização do instrumento jurídico da Recuperação Judicial, fundamentado pela lei 11.101/2005 e suas atualizações, cujo objetivo é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira de uma empresa em dificuldades financeiras, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica e, o recolhimento de seus tributos. Qualquer caminho diferente desse, certamente levará a empresa à falência e, causará danos irreparáveis para todos: empresa, funcionários, fornecedores, clientes, sociedade e governo.

Há também, interesse social na continuação e recuperação das **Requerentes**, que geram diretamente diversos empregos no município de São João – Paraná, atingindo direta e indiretamente, diversas famílias.

Considerando todos os fatos aqui apresentados, não resta dúvidas de que há plena viabilidade econômica e financeira para a continuidade das atividades empresariais das **Requerentes** através da utilização do instrumento jurídico da Recuperação Judicial, cumprindo o disposto na Constituição Federal em sua Ordem Econômica e Financeira.





O Doutor Fábio Ulhôa Coelho assim conceitua o **princípio da preservação da empresa**:

“O princípio da preservação da empresa, o que se tem em mira é a proteção da atividade econômica, como objeto de direito cuja existência e desenvolvimento interessam não somente ao empresário, ou aos sócios da sociedade empresária, mas a um conjunto bem maior de sujeitos. Na locação identificadora do princípio, “empresa” é o conceito de sentido técnico bem específico e preciso. Não se confunde nem com o seu titular (“empresário”) nem com o lugar em que explorada (“estabelecimento empresarial”), O que se busca preservar, na aplicação do princípio da preservação da empresa, é, portanto, a atividade, o empreendimento. E complementa: “O princípio da preservação da empresa é legal, geral e implícito” (COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial: direito de empresa, p. 79).

Cumprido destacar que a preservação das atividades das **Requerentes**, é essencial não só para o mercado, como também para a subsistência das famílias de seus colaboradores, o que se considera um bem maior.

VI. DA NECESSIDADE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO EM CARÁTER DE TUTELA DE URGÊNCIA

Diante do conjunto de questões, situações e fatos aqui abordados, restará claro para V.Exa. que as **Requerentes** se enquadram perfeitamente no conceito previsto no artigo 47 da Lei 11.101/05, sendo empresas viáveis, que adimpliram com suas





obrigações ao longo de sua história e que foram duramente atingidas pela crise econômica instalada no país, especialmente pelo agravamento no preço da soja, que dia após dia, continua caindo, trazendo prejuízos imensuráveis para o agronegócio e toda cadeia que depende do agronegócio para sobrevivência, além, da elevação das taxas de juros pelo governo e da inflação que afetou negativamente os custos operacionais do grupo, fatos esses que culminaram para que as **Requerentes** entrassem em estado de crise financeira, como pode ser constatado através dos demonstrativos contábeis anexados ao processo (**doc 05**), demonstrando claramente os sucessivos prejuízos, bem como a perda da capacidade de geração de caixa neste momento.

Mesmo diante de todos esses fatos calamitosos, as **Requerentes** apresentarão o Plano de Recuperação Judicial dentro do prazo legal, reiterando sua postura de boa-fé e transparência, propondo a todos os seus credores, a reestruturação do seu passivo, de forma que possam honrar com suas obrigações, em ambiente de preservação e melhoria das suas atividades operacionais.

O presente pedido de Recuperação Judicial está sendo pleiteado, após exaustivas tentativas de evitá-la, como demonstrado claramente acima nas negociações junto aos bancos credores, que, ao final, se mostrou impossível devido a atitude dos seus principais credores (bancos), em findar com as atividades das **Requerentes**.

Sendo assim, uma vez distribuído o presente pedido de Recuperação Judicial, as **Requerentes** necessitam do urgente despacho de deferimento de processamento por Vossa Excelência, bem como, seja garantido, ainda que em caráter provisório, a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares dos sócios solidários, relativas aos créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, e, a proibição de qualquer forma de





retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência, conforme rege o art. 6º, incisos II e III, §12º da Lei 11.101/05.

Isso porque, sem termos uma data certa para o seu deferimento, certamente as **Requerentes** terão prejuízos desastrosos e irreversíveis nesse lapso temporal em que se aguarda o efetivo deferimento do seu processamento. É notório e evidente que, a partir do momento em que for à público a notícia da distribuição deste pleito, as **Requerentes** serão expostas à riscos relacionados aos seus bens, que são essenciais para manutenção e continuidade de suas atividades, onde, por certo, serão objeto de diversos ataques pelas instituições financeiras, principalmente aquelas que detenham créditos extraconcursais, ou mesmo pelos credores concursais mais aparelhados financeira e juridicamente, até o deferimento do processamento da presente.

Ou seja, o período entre a distribuição deste pleito recuperacional e o deferimento de seu processamento pode ser considerado tormentoso – havendo um limbo no qual as **Requerentes** – se não for deferido cautelarmente o processamento de sua recuperação judicial - estarão sem a proteção do instituto, ficando numa situação ainda mais fragilizada.

Por estas claras razões e pelos prejuízos irreparáveis e incontornáveis que o deferimento tardio do processamento da recuperação poderá ensejar, é que se pede a V.Exa., em **caráter de urgência que defira o processamento da recuperação judicial das Requerentes, ou, caso assim não seja possível, requerem que seja deferido o pedido de tutela antecipada de urgência** (nos termos do artigo 300 do CPC c/c artigo 6º, incisos II e III, §12º da Lei 11.101/05)





VII. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005

“Quando uma empresa não tem mais condições de se autofinanciar, quer pelo aporte de recursos dos próprios sócios, quer pela captação através de novas ações ou debêntures; quando uma empresa não mais consegue financiamento bancário, por apresentar um grande risco, somente o auxílio estatal pode salvá-la” (REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Editora Saraiva, 1993).

A ordem econômica no Brasil é estabelecida objetivando o desenvolvimento nacional e com base nos valores de valorização do trabalho humano e na livre iniciativa privada, conforme preceitua o artigo 3º, inciso II e artigo 170 da Constituição da República de 1988:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

II - garantir o desenvolvimento nacional;”

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social.”

Portanto, considerando a importância dos valores do trabalho e da iniciativa privada talhados na Lei Maior, decorreu a necessidade de instrumento que assegurasse a preservação da empresa economicamente viável, objetivando a continuidade de suas atividades e o cumprimento das obrigações firmadas com seus





respectivos credores e colaboradores, ainda que enfrente situação de dificuldade momentânea.

Tendo em vista a necessidade de efetivar o disposto na Constituição da República, em fevereiro de 2005 fora promulgada a Lei Federal nº 11.101, que regulamenta os institutos da Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária.

O artigo 47, *caput*, da Lei 11.101/2005 (ou também denominada LRFE) prevê o instituto da Recuperação Judicial e seu objetivo:

“Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”

Entretanto, para que o Empresário ou Sociedade Empresária possa valer-se deste importante instituto legal, faz-se necessário o preenchimento de alguns requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da LREF. Cumpre destacar que as **Requerentes cumprem todos os requisitos subjetivos e objetivos** previstos nos artigos supramencionados para o deferimento do presente pedido de Recuperação Judicial, conforme pode-se atestar pela documentação que acompanha esta inicial. Destaca-se ainda, o paralelo entre os requisitos e os respectivos documentos comprobatórios:





1. Dos requisitos subjetivos previstos nos incisos I a IV do artigo 48:

- a) Não ser falido ou não ter se beneficiado de recuperação judicial nos últimos 5 (cinco) anos;*

Destaca-se que em respeito aos incisos I a III do artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, as **Requerentes** atestam, mediante certidões de distribuição **(doc. 04)**, que não se encontram em situação de falência e nem fora beneficiária de recuperação judicial nos últimos 5 anos.

- b) Não ter como administrador ou sócio controlador pessoa condenada por crime tipificado na Lei nº 11.101/2005;*

As certidões de distribuição em nome dos sócios controladores **(doc. 04.1)** demonstram a inexistência de condenação por crime falimentar, conforme determina o inciso IV do artigo 48.

2. Dos requisitos objetivos previstos nos incisos II a IX do artigo 51:

- a) Demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e os especialmente levantados para o pedido, compostas de:*

- Balanços patrimoniais;
- Demonstrações de resultados;
- Demonstração do resultado desde o último exercício social;
- Relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;

- b) Relação nominal completa dos credores;*

- c) Relação integral dos empregados, constando funções, salários, indenizações e demais direitos;*





- d) *Certidão de regularidade no Registro Público de Empresas e atos constitutivos atualizados da Requerente, com nomeação de seus administradores;*
- e) *Declarações dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores;*
- f) *Extratos atualizados das contas bancárias e aplicações financeiras dos sócios controladores e administradores;*
- g) *Certidões dos cartórios de protesto situados na comarca dos estabelecimentos matriz e filiais da empresa;*
- h) *Relação das ações judiciais em que a Requerente figura como parte;*
- i) *O relatório detalhado do passivo fiscal;*
- j) *Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante.*

Sendo assim, considerando a exposição do histórico das **Requerentes**, suas razões para a crise econômico-financeira, sua viabilidade econômica, bem como o preenchimento e comprovação dos requisitos subjetivos e objetivos estabelecidos nos incisos de I a IV do artigo 48 e os previstos no artigo 51 da Lei 11.101/2005 mediante documentação anexa, **resta o processamento do presente pedido de Recuperação Judicial.**

VIII. DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

As **Requerentes** apresentarão Plano de Recuperação Judicial, nos moldes previstos pelo artigo 53 da Lei nº 11.101/2005, no qual detalhará os meios e prazos a serem utilizados para cumprimento das obrigações firmadas com seus respectivos credores.

“Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60





(sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter:

I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;

II – demonstração de sua viabilidade econômica; e

III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.”

IX. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, amparadas pelo art. 47 e considerando que o presente pedido obedece ao disposto na legislação de regência, bem como que todos os documentos ora juntados estão de acordo com os artigos 48 e incisos I a IV, e 51 e incisos I a IX, da Lei 11.101/05, as **Requerentes** se servem da presente para requerer se digne Vossa Excelência, em caráter de urgência:

- i. Prioridade de tramitação do processo, com base nos artigos 189-A, 78 e 79 da Lei 11.101/05;
- ii. **Deferir** o processamento do pedido de Recuperação Judicial do **GRUPO EMPRESARIAL**, composto pelas empresas **ELIANE VISNIESKI TRANSPORTES**, **TRANSLAURA – TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.** e **CREMILSON VALDEMIR VOLPATTO – LTDA.**, nos termos do artigo 52 do mesmo diploma, nomeando administrador judicial, determinando a publicação de edital para





conhecimento dos credores, e aguardando-se pelo prazo legal a apresentação do plano de recuperação judicial;

- iii. Suspensão das ações e execuções ajuizadas contra as **Requerentes**, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, nos termos do artigo 6º, inciso II e § 4º da LRF⁷.
- iv. Proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das **Requerentes**, nos termos do artigo 6º, inciso III e § 4º da LRF;
- v. As **Requerentes**, desde já, requerem que esse d. Juízo **proíba expressamente a retirada de todos os bens essenciais e necessários ao desenvolvimento de suas atividades, nos termos do artigo 49, §3º, da Lei 11.101/2005**, especialmente caminhões, carrocerias e automóveis, durante o período de suspensão requerido no item acima. Desta forma, afastando qualquer discussão, as **Requerentes** solicitam que conste expressamente na decisão que analisar o deferimento da recuperação judicial essa determinação, a qual dever ser igualmente destacada no edital previsto no artigo 52, § 1º, da Lei nº 11.101/2005;
- vi. Determinar a dispensa da exigência de apresentação de Certidões Negativas para atos que visem o pleno exercício e continuidade das atividades das Requerentes, bem como para viabilizar a presente Recuperação Judicial, a exemplo da contratação com o poder público;

⁷ Art. 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005: Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do *caput* deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.





- vii. O protocolo em sigilo da relação de bens particulares dos sócios das **Requerentes**, do extrato de suas contas bancárias e aplicações financeiras e a relação de funcionários, cargos e salários, conforme o artigo 189 do Código de Processo Civil de 2015 e artigo 5º, inciso X da Constituição da República⁸, para preservação da intimidade;
- viii. Determinar a Intimação do Ministério Público e a comunicação às Fazendas Públicas;
- ix. Por fim, requer sejam todas as publicações e intimações realizadas em nome da advogada **JENNIFFER DE FREITAS LIMA**, profissional inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, sob o nº 432.104/SP e, em caso de intimação eletrônica, no endereço juridico@glaubencontabilidade.com.br, sob pena de absoluta nulidade.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.276.053,81 (Dez Milhões e Duzentos e Setenta e Seis Mil e Cinquenta e Três Reais e Oitenta e Um Centavos)

Termos em que,
Pedem deferimento.
São Paulo, **05** de maio de 2023.

JENNIFFER DE FREITAS LIMA
OAB/SP Nº 432.104

⁸ Art. 189, do CPC. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: [...] III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; Art. 5º, X, da CRFB/88 - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

